

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA.

Jônatas Machado Gomes

As possíveis razões para uma percepção fragmentada da geografia

São Paulo
2025

Jônatas Machado Gomes

As possíveis razões para uma percepção fragmentada da geografia

Projeto de pesquisa apresentado a disciplina de trabalho de graduação individual do curso de geografia da faculdade de filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para aprovação.

São Paulo
2025

Agradecimentos

Agradeço à Universidade de São Paulo e ao Departamento de Geografia pela oportunidade de formação e aprendizado. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Elvio Rodrigues, pela orientação e apoio durante o desenvolvimento deste trabalho.

Expresso também minha gratidão aos colegas de curso, professores do ensino fundamental entrevistado, bem como aos alunos que contribuíram com suas respostas e reflexões.

Dedico este trabalho à minha família, por todo apoio incondicional ao longo da minha jornada acadêmica.

Resumo

O presente trabalho de graduação individual tem por objetivo identificar e analisar as possíveis causas da percepção parcial que estudantes do ensino fundamental apresentam em relação à Geografia. A forma como a disciplina é usualmente estruturada e ensinada nessa etapa da educação contribui para a construção de uma visão fragmentada, que leva os alunos a compreenderem a Geografia como um conjunto de “tipos” independentes entre si. A pesquisa discute a relação entre natureza e geopolítica, buscando desconstruir tal fragmentação, e analisa a abordagem metodológica adotada pelo docente de uma escola pública, observando de que maneira essa prática pode favorecer a formação de percepções inconscientes sobre o conteúdo geográfico. Evidencia-se, ainda, que essa compreensão fragmentada pode resultar em um olhar ingênuo, romantizado e pouco crítico acerca dos processos que moldam os territórios e as paisagens.

Palavras-chave: Geografia. Fragmentação. Ensino fundamental. Metodologia. Geopolítica.

Abstract

This individual undergraduate thesis aims to identify and analyze the possible causes of the partial perception that elementary school students have regarding Geography. The way the subject is usually structured and taught at this stage of education contributes to the construction of a fragmented view, leading students to understand Geography as a set of independent "types." The research discusses the relationship between nature and geopolitics, seeking to deconstruct this fragmentation, and analyzes the methodological approach adopted by a teacher in a public school, observing how this practice can favor the formation of unconscious perceptions about geographical content. It is also evident that this fragmented understanding can result in a naïve, romanticized, and uncritical view of the processes that shape territories and landscapes.

Keywords: Geography. Fragmentation. Elementary education. Methodology. Geopolitics.

Sumário

<u>Introdução</u>	6
<u>Capítulo 1 – A relação dos fragmentos</u>	
<i>1.0 A natureza</i>	7
1.0.1 A geopolítica.....	13
<u>Capítulo 2 – As condições necessárias para um conflito</u>	
<i>2.0 Como a geografia física não faz a guerra?</i>	17
<i>2.1 Qual a importância de desmontar a visão romântica e neutralizada da geografia?</i>	22
<u>Capítulo 3 – Observação da abordagem metodológica aplicadas em sala de aula</u>	
<i>3.0 Abordagem metodológica</i>	25
<i>3.1 Observações da abordagem pedagógica e entrevista com professores e alunos</i>	28
<u>Considerações Finais</u>	31
<u>Referências bibliográficas</u>	33
<u>Apêndice</u>	

1. Introdução

Após o meu ingresso no curso de Geografia na universidade de São Paulo, fui convidado a participar de uma vivência com alunos de um cursinho pré-vestibular e, num determinado momento desta vivência, fui questionado a respeito do que eu mais estava gostando no curso, a minha resposta foi que a geopolítica me agradava bem mais do que a geografia física. Ao devolver a pergunta, os alunos também manifestaram certa predileção para determinadas áreas da geografia, com o tempo, ao longo do curso, pude perceber que o conceito de geopolítica só é possível, devido a sua junção com a geografia física, essa conclusão me levou a presente pesquisa, na tentativa de entender como essa percepção dicotômica se torna um senso comum na cabeça dos alunos e conseqüentemente de boa parte da sociedade. A escolha do ensino fundamental e médio, foi baseada exatamente nos alunos do cursinho supracitado e pelo contato que tenho com eles devido ao meu estágio em sala de aula. Sendo assim, a pesquisa terá como ponto de partida a natureza do ponto de vista da geografia, tendo como referencial teórico o professor Rui Moreira e a sua obra, “*Para onde vai o pensamento geográfico?*”, no item seguinte entraremos na geopolítica, evidenciando a relação entre geografia física e geopolítica, além do professor Rui contarei com a contribuição da obra, “*Geopolítica do Brasil*”, do General Golberi, na qual o autor fala do determinismo e do possibilismo geográfico, entre outras linguagens de diferentes pensadores no que diz respeito a segurança nacional, utilizando como base outros modelos de estratégias militares. No capítulo seguinte, mostrarei que a geografia física não só faz a guerra, como também é crucial para se ter conhecimento tanto do território inimigo quanto do próprio espaço. Em seguida será abordada a necessidade de enxergar o território de maneira crítica para entender os processos e dinâmicas sociais, culturais e políticas que esculpem, erguem e destroem paisagens. No capítulo seguinte, entraremos no contexto da abordagem pedagógica, com um primeiro momento, mas pedagógico e geral, para em seguida identificar como essa abordagem influencia na percepção dos alunos a cerca da geografia, e, para finalizar, trarei os dados colhidos no estudo de caso.

Capítulo 1 – A relação dos fragmentos

1.0. A natureza

A maneira como o geógrafo observa o mundo, cientificamente falando, segundo Ruy Moreira, segue uma organização esquemática, para que se tenha uma ordem que integre tamanha diversidade existente. Em sua obra, *“Por onde vai o pensamento geográfico”*, da qual, tomarei como base para esse primeiro momento da pesquisa, o autor nos apresenta o esquema N-H-E (natureza, homem e economia), um modelo que, segundo Ruy, é uma derivação do que na história da geografia moderna era abordado em “geografia da civilização” e que para geografia, segue presente invariavelmente nas diversas formas de sociedade ao longo da história humana.

“Falar do mundo é, pois, uma operação metodológico-discursiva simples na geografia: descreve-se primeiro a natureza, depois a população e por fim a economia” (Moreira, 2006, pág. 10)

Criada, na tentativa de suplantar a fragmentação que a geografia se encontrava na virada do século XIX para o século XX, segundo o autor, os geógrafos, ainda nos dias de hoje, recorrem a esse modelo para estudar integralmente as relações regionais e de sociedade em um território. Mais adiante no estudo de caso falaremos com mais detalhes dessa fragmentação, já que esse modelo segue presente nas geografias escolares, voltemos então a falar da natureza do ponto de vista geográfico. A natureza, enquanto conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos, orgânicos e inorgânicos, constitui a base sobre a qual a vida se desenvolve, eventos como a movimentação das placas tectônicas, as mudanças climáticas e os processos erosivos moldaram o planeta ao longo de milhões de anos, dando origem a uma complexa diversidade de paisagens, ecossistemas e condições ambientais. Esse “conjunto de corpos” são os fenômenos naturais, que do ponto de vista da geografia, são uma coisa só, uma engrenagem que obedece a uma mecânica relacional entre esses corpos, o relevo, o clima, assim como a hidrografia, são considerados como coisas inorgânicas. Quando nessa relação acrescentam-se os seres vivos, é no sentido do equilíbrio ambiental, como no caso das matas ciliares, que servem como proteção contra processos erosivos que poluem os corpos d’água. O relevo corresponde ao lastro dos corpos inorgânicos e orgânicos, ou seja, a base de onde a sociedade se organiza espacialmente, também chamado de “palco do desenrolar da história”. Essa ordem de estudo, que se inicia pelo relevo, tem seu fundamento numa visão corológica, que seria o estudo da distribuição das espécies de seres vivos,

teológica, de cunho religioso, e de cunho político do espaço, como no caso da geografia Alemã, “a geografia da escola pura”. O sentido corológico, que na direção da concepção teológica da natureza, traz uma percepção medieval de “acidente”, onde Deus atribuía os acidentes naturais aos erros do homem. Outra noção, tem relação com o território, e a delimitação das fronteiras do estado, proveniente da escola da geografia pura, referente meados do século XVIII alemão, base para a geografia contemporânea, segundo Moreira, com ênfase na geopolítica e a sua teoria do espaço. O sistema geológico, “substrato do substrato”, segundo Ruy Moreira, é o que complementa o relevo, sem o qual, este, não seria mais do que uma mera superfície oca e vazia, é uma relação mútua que não atoa, ao se estudar o relevo, estuda-se a geologia, quando não, se estuda os dois simultaneamente, com no caso, por exemplo, da “sedimentação-planície”, “erosão-planalto” e “tectonismo-cordilheira”. O clima tem relação com diversos fenômenos geográficos, participando de todos eles, como por exemplo, no caso da ação dos ventos e da chuva, que moldam a paisagem influenciando diretamente no formato do relevo por meio do intemperismo, químico e físico, geologicamente, também pelo intemperismo, na hidrologia, no solo e na vegetação.

“Dada essa universalidade do clima na dinâmica corográfica da natureza, muitos geógrafos, a exemplo de De Martonne, começam o seu discurso por este capítulo, logo a seguir ao das “noções gerais”” (Moreira 2006, pág. 51)

O clima, esta intrinsecamente ligado às características da cada região do globo, ao tipo de relevo, vegetação, latitude, longitude e vice-versa, a temperatura, pressão e humidade do ar, compõem os “três elementos” que formam o clima, as particularidades provenientes desses fenômenos, reforçam a íntima relação entre esses corpos, Moreira chama atenção para o senso comum da ideia de regionalização, registrada em verbete no “*Aurelio*”, assim como, os “fatores” inerentes a cada clima são responsáveis por distinguir a climatologia da meteorologia, o que leva o clima a uma categoria além de meras condições atmosféricas, o autor ainda aponta para a importância da temperatura nessa dinâmica climatológica que gera regimes térmicos diversos, tanto na terra quanto nos oceanos. No que diz respeito à bacia fluvial, podemos compreendê-la como uma das grandes engrenagens que resulta da interação permanente entre clima e relevo. Essa bacia funciona tanto como agente transformador quanto como elemento moldado: ora esculpe a paisagem, aprofundando vales, transportando sedimentos e reorganizando o modelado terrestre; ora é condicionada pela estrutura do relevo e pelos regimes

climáticos, recebendo e distribuindo as águas provenientes das chuvas, do escoamento superficial e do derretimento de geleiras,

“a rede fluvial é o fluxo assim organizado e hierarquizado do rio e seus afluentes no âmbito da bacia” (Moreira 2006, p. 53)

destacando sua natureza sistêmica e interdependente. Assim, a bacia fluvial não é mero receptáculo das águas, mas sim um espaço dinâmico em que o clima determina a quantidade e a sazonalidade das descargas, enquanto o relevo controla padrões de drenagem, velocidades de escoamento e processos erosivos. Valendo-nos de uma metáfora medieval recorrentemente utilizada na Geografia, pode-se dizer que o relevo corresponde ao corpo, fornecendo a estrutura física; o clima, à alma, imprimindo ritmo, intensidade e variabilidade aos processos; e a rede fluvial, às artérias desse grande organismo híbrido — ao mesmo tempo orgânico, pelos fluxos vitais que transporta e, inorgânico, pela base mineral que sustenta a circulação. Juntos, esses elementos compõem um sistema integrado cuja dinâmica explica grande parte da organização da paisagem e da evolução geomorfológica ao longo do tempo. À luz da metáfora medieval anteriormente empregada, o solo pode ser compreendido como o “útero” terrestre, na medida em que constitui o ambiente onde se processa a transição entre o mundo inorgânico, representado pelas rochas e minerais, e o mundo orgânico, associado ao desenvolvimento da biota. Contudo, longe de ser apenas um receptáculo passivo, o solo é um produto complexo da interação entre relevo, geologia, clima, organismos e dinâmica hidrológica das bacias fluviais os chamados fatores de formação do solo. O clima atua diretamente no intemperismo físico, químico e biológico, intensificando a desagregação e a decomposição das rochas, enquanto o relevo controla a drenagem, a estabilidade das encostas e a redistribuição de materiais, influenciando tanto a espessura quanto a maturidade dos perfis pedológicos. A geologia, por sua vez, define a natureza mineralógica do material de origem, condicionando a fertilidade potencial e o comportamento físico-químico dos horizontes. Já as bacias fluviais contribuem para a mobilização, deposição e recirculação de sedimentos, integrando a paisagem em um ciclo contínuo de remoção e aporte de materiais. Nesse processo, o solo desempenha uma função essencial como substrato nutricional para a vegetação e como componente regulador dos fluxos de água, energia e nutrientes. Sua formação é o resultado de longas escalas temporais, ou seja, de um longo processo que envolve a construção gradual de horizontes diferenciados diversos, com características próprias.

Esses horizontes, supracitados, refletem tanto a ação dos fatores ambientais quanto a dinâmica ecológica que sustenta a diversidade da vida orgânica. Por fim, a vegetação representa, conforme indicado por Moreira, a etapa de transição e fechamento do ciclo integrado entre relevo, rocha, clima, rios e solo. Trata-se do elemento que sintetiza e expressa, de maneira visível, o funcionamento sistêmico desses componentes físicos, pois sua distribuição, composição e estrutura dependem diretamente das condições ambientais que a sustentam. Ao mesmo tempo, a vegetação retroage sobre esse sistema, desempenhando papel ativo na regulação climática, na proteção dos solos, na dinâmica hidrológica e na manutenção da biodiversidade. Além de constituir o resultado mais imediato da interação entre os processos geológicos, pedológicos e climáticos, a vegetação é um agente fundamental de equilíbrio ecológico. Por meio da fotossíntese, contribui para o sequestro de carbono e a liberação de oxigênio, influenciando a composição atmosférica; por meio das raízes, promove a estabilização do relevo, reduzindo a erosão; e, ao formar comunidades complexas, cria habitats que sustentam cadeias tróficas diversificadas, articulando dimensões bióticas e abióticas da paisagem. Assim, o conjunto formado por relevo, clima, rochas, águas, solos e vegetação constitui a base material da Terra e torna-se objeto privilegiado de estudo da Geografia Física. Ao geógrafo cabe descrever, interpretar e analisar as múltiplas relações entre esses elementos e os seres vivos, incluindo as sociedades humanas, buscando compreender de que maneira tais interações moldam os diferentes ambientes e influenciam a experiência humana no planeta. Ao longo da história, a maneira como entendemos a natureza foi se transformando, no contexto europeu, Aristóteles (348-322) com a teoria heliocêntrica que considerava o sol como centro do universo sendo essa a base para astronomia moderna, aperfeiçoada por Claudio Ptolomeu com o mundo sublunar onde os homens habitavam repleta de pecados e “imperfeições”, e o mundo supralunar, de seres perfeitos e superiores, a transição da teoria geocêntrica para teoria heliocêntrica marca então o início da ciência moderna e o surgimento do método experimental elevando a ciência a outros patamares, a descoberta das formas elípticas por Kepler (1571-1630), modificando a visão dominante religiosa, com o invento da luneta por Galileu Galilei a possibilidade de observação dos corpos celestes dão ainda mais força para descoberta de Kepler, logo, o evidente comportamento dos corpos, baseados numa lei mecânica, eliminam a visão aristotélica da visão dicotômica sublunar e supralunar, transformando a visão dicotômica do mundo numa só. Filosoficamente, Descartes (1596-1650) reforça essa unidade dando luz ao pensamento fenomenológico geométrico do mundo.

“Ao geometrizar a extensão do mundo, Descartes fornece a linguagem uniforme de uma concepção físico-matemática de mundo em gestação, e, ao criar a matemática moderna pela fusão de aritmética, álgebra e geometria, fornece aos cientistas a arma apropriada ao método experimental” (Moreira 2006, pág. 56)

A efetivação desse processo se dá com Isaac Newton (1642-1727), sendo uma máxima no século XVIII a concepção de que o mundo é regido pela lei da gravidade, que é a lei que rege todos os corpos do universo. Essa maneira de enxergar os corpos no universo desmistifica completamente à visão sagrada, divina e inviolável da natureza, que passa de “natureza-divina” para “natureza-matemática-mecânica”. A próxima transição, segundo o autor, vai da “natureza-mecânica”, para a “natureza-desumanizada”, vemos então que a dicotomia permanece em certo aspecto, ou a lógica da geometria mecânica, como no caso do próprio Descartes, quando traz a tona o conceito do mundo dos homens e do corpo *res extensa*, e o mundo do pensamento, da reflexão e das ideias *res cogitans*, Galilei Galilei, com o mundo das “qualidades primárias” e as “qualidades secundárias”, com o mensurável e quantitativo, e o que não existe objetivamente, relacionando-as respectivamente as qualidades supracitadas. Desse pensamento, surge a ideia de que se possam antecipar os acontecimentos da natureza, tornando-a “uma natureza preditiva”. Tanto nas ideias de Descartes quanto na de Galilei Galilei, a natureza, não está totalmente separada do sagrado, porém, nota-se uma divisão de responsabilidades, onde a ciência fica encarregada do mundo físico e a “metafísica” do homem, esse pensamento sobrevive em certo aspecto, ainda nos dias de hoje, sendo disseminado seja pelas vertentes religiosas ou até mesmo de maneira externa, culturalmente pelo senso comum.

“Desta forma, o início da modernidade acerta a relação dessacralizada e utilitária com a natureza instituída pela ciência, abrindo para a expansão da economia mundana que já começa a acontecer” (Moreira 2006 pag, 57)

Na ciência moderna, a racionalidade faz uma cisão na relação da natureza com o mundo sacro, essa “dessacralização”, segundo Moreira, ao naturalizar a natureza a desumaniza. Sendo assim, dois momentos marcam essa transição, no primeiro momento, enquanto no mundo sacro não se encontrava lugar para questionamentos, na ciência não só era permitido como necessário, demarcando o mundo em “físico e não físico”, esse primeiro momento é denominado de utilitarismo. No segundo momento o homem passa

a ser objeto do mundo da metafísica e a natureza do mundo científico, no que o autor chama de,

“a separação natureza-homem no plano geral da filosofia e a separação ciência-filosofia no plano específico do mundano” (Moreira 2006 pág. 58)

Doravante, o autor vai desenvolvendo diversas transições, das quais a natureza vai se modificando de acordo com as concepções científicas e filosóficas de cada época, atendendo as necessidades da lógica de produção do capital, servindo como fonte “inesgotável” de recursos naturais. Acredito que até aqui, seja o bastante para os fins em que essa pesquisa se propõe a investigar no que diz respeito a natureza para geografia. A análise desenvolvida evidencia que a natureza, dentro da tradição geográfica apresentada por Ruy Moreira, não é um conjunto de elementos isolados, mas um sistema integrado, dinâmico e interdependente. O modelo N-H-E (Natureza-Homem-Economia), ainda utilizado pelos geógrafos, demonstra a necessidade de compreender a base física, relevo, clima, rochas, águas, solos e vegetação como o ponto de partida para a interpretação dos fenômenos espaciais e das organizações sociais. A natureza aparece, portanto, como a “engrenagem fundamental” sobre a qual se assentam tanto os processos naturais quanto às ações humanas. Relevo, clima, hidrografia, solos e vegetação compõem um sistema único, em que cada elemento influencia e é influenciado pelos demais, moldando paisagens, condicionando usos do território e estruturando possibilidades de vida. Ao geógrafo cabe justamente compreender esses encadeamentos, reconhecendo que a natureza não é estática nem neutra, mas resultado de longas escalas temporais e de relações complexas entre fatores físicos, químicos e biológicos. Além disso, o texto destaca como a concepção de natureza se transformou historicamente, saindo de uma visão sacralizada e teológica para uma interpretação científica, mecanicista e posteriormente utilitarista. Esse percurso de Aristóteles a Newton, passando por Ptolomeu, Kepler, Galilei e Descartes, marca a passagem da “natureza-divina” para uma “natureza-matemática”, posteriormente “dessacralizada” e submetida à racionalidade moderna. A geografia, ao incorporar essas mudanças, reconfigura seu modo de observar o mundo, construindo uma leitura que é ao mesmo tempo científica, histórica e crítica.

Assim, a natureza, para a geografia, deve ser entendida como fundamento material do espaço geográfico, mas também como construção conceitual que varia ao longo do

tempo conforme a ciência e a filosofia avançam. Compreender sua dinâmica é compreender as raízes da organização territorial e das próprias relações de sociedade. Nesse sentido, o estudo da natureza não é apenas uma etapa metodológica, mas também, condição indispensável para entender a totalidade espacial que envolve o homem e a economia, preparando o terreno para análises mais amplas, como a geopolítica, que emergem da relação indissociável entre o mundo natural e o mundo social.

1.1. A Geopolítica

Início esse item, retomando a fórmula N-H-E (natureza, homem e economia) do professor Ruy, pois a maneira corológica de organização do homem com o meio físico serve de base para entendermos a distribuição geográfica dos seres vivos. O homem na geografia, segundo Ruy, é o chamado “homem-demográfico”, ou seja, o homem pensado de maneira coletiva e quantitativa. Ao estudar a população, geralmente é levada em consideração a sua distribuição populacional pelo planeta, segundo George, isso possibilita entender o crescimento demográfico nos dias de hoje, um “furacão que atrapalha todas as previsões...” (George, 1986). O autor chama atenção para diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade, já que a “explosão demográfica” é a consequência das possibilidades entre essas duas nuances, ou seja, quando a natalidade é superior a mortalidade, o crescimento é considerado positivo, caso contrário ele é considerado negativo, “a explosão demográfica”, segundo o autor, evidencia os problemas sociais característicos desses locais de grande densidade demográfica, relacionando a pobreza com o subdesenvolvimento, “isto é, a pobreza é causa do excesso demográfico e o excesso demográfico é causa de pobreza” (Myrdal, 1965). Ruy cita Lacoste e as obras *Geografia do subdesenvolvimento* e *Os países subdesenvolvidos*, mesmo sendo obras ultrapassadas em relação aos novos temas de estudo do autor, dizendo que as características do subdesenvolvimento remetem aos tempos idos da humanidade, onde as questões sanitárias, o analfabetismo e a subnutrição resultavam em grandes taxas de mortalidade, porém, ao considerar o enorme crescimento demográfico, o subdesenvolvimento se transforma num fenômeno moderno. A maneira como a população está distribuída pelo planeta, levando em consideração as características regionais traz um panorama global desse “ecúmeno”, o autor aponta limitações do contexto da densidade demográfica como elemento para interpretar ou explicar essa relação supracitada, sugerindo uma análise de como esse homem administra as necessidades e os recursos naturais em seu meio, levando assim a pesquisa para além do

adensamento populacional. O autor traz então uma combinação de três elementos chamados por ele de “três variáveis” que são: “necessidade, capacidade e estoque” por ser algo que explique melhor a relação do homem com o meio de acordo com cada região. Revela-se assim, uma desigualdade proveniente dos meios de produção.

“A “eficácia produtiva”, variável principal (entendida, todavia, mais como capacidade técnico-científica de intervenção humana sobre o meio natural do que como modo de produção), é também desigual “nas diferentes regiões”, determinando as desigualdades espaciais de desenvolvimento encontradas nacional e internacionalmente no mundo atual.” (Moreira 2006 pag, 85)

A relação “necessidades x recursos”, requer medidas para equilibrar o fenômeno da “superpopulação” e do “superpovoamento”, uma dessas alternativas, segundo o autor se encontra na migração de parte excedente dessa massa populacional. Esse processo pode acontecer por iniciativa da própria população, ou por meio de uma medida estatal, planejada e organizada no intuito de equilibrar a relação de “oferta e bens de serviços” quando esta, já não atende as demandas de uma grande massa populacional. A organização, o planejamento e a utilização do espaço, de maneira a atender interesses econômicos, administrativos, preditivos ou contingências por parte do estado, seja no contexto populacional, como a questão demográfica, apresentada pelo professor Ruy Moreira, ou no contexto bélico e de soberania de um povo, baseada no profundo conhecimento do território, é em si, a descrição de medidas geopolíticas.

“Geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas”
(Backheuser, 1942 pag 22)

No que diz respeito à política que se opera por meio de um profundo conhecimento do território, baseada em estratégias de defesa e segurança de uma nação, podemos tomar como referência a obra *Geopolítica do Brasil* do general Golbery do Couto e Silva. O autor no capítulo, *Geopolítica e estratégia*, traz alguns pensadores no sentido de distinguir algumas linhas de pensamentos a cerca do tema, citando nomes como Whittlesey, Jorge Renner, Demangeon, Jacques Ancel e a geopolítica-geografia, a escola francesa e a tradição possibilista de Vidal de La Blache, Vallaux, Brunhes, do pioneiro Mahan, de Nicholas Spykman, de Haushofer da escola alemã de abordagem determinista, entre outros pensadores. O autor fala de uma divergência entre o possibilismo e o determinismo que ultrapassa as fronteiras da geografia, aflorando no campo da filosofia política. O “meio físico”, segundo Golber, é quem seria o “pomo da

discórdia”, entre a maneira como essas filosofias se propuseram a explicar quem de fato modela o homem, a sociedade e o estado. O autor cita Miss Ellen Semple com o trecho “história como a geografia em ação”, o que corresponderia a algo flexível e potencialmente dotado de energia que permite ao homem organizar de maneira estratégica, tornando a região uma espécie de “medalha cunhada” de acordo com a imagem de uma nação, ou seja, uma visão possibilista. Oliveira Viana, sugere que na atualidade, não existe espaço para o monocausalismo em ciências sociais, e que se deve observar a influencia de outros fatores, para além de "concepções monolíticas”. Ratzel e a concepção organicista de estado também é apresentada no livro, onde o estado é comparado com um organismo humano, uma analogia bastante limitada, ou no caso de Kjellén que compara o estado a racionalidade humana e seus diversos ímpetos, instintos e vontades.

“Se o estado é um organismo, necessita crescer... O poder (estatal)... é um conceito fisiológico [...] A Geopolítica é a teoria do estado como organismo geográfico.” (Golberi 1967, pág. 28)

O determinismo e o conceito organicista, segundo o autor, causaram distorções, porém, ainda assim não justificou a acusação de um tendencioso nacionalismo exacerbado, que colocasse em descrédito o “rigor da ciência”. No seio do imperialismo do Reich alemão. Kjellén e Haushofer, em sua Geopolítica se propuseram a aconselhar a política, como arte, doutrina e teoria, para Kjellén ela era, um dos cinco ramos que dividia a política, e mesmo com uma diversidade de definições da escola alemã, como arte, doutrina e ciência, a geopolítica é, ainda sim, considerada “base da ação política”, o órgão oficial do instituto de Munique apresentou a seguinte definição:

“A geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a geopolítica proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto. Assim a *geopolítica* se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do espaço.” Dois grandes estrategistas e mestres da geopolítica são citados na obra de Golberi, Mahan, um norte-americano e marinheiro que mostrou para Inglaterra os fundamentos da magnificência de sua pátria, numa política de consecução, altamente organizada no âmbito marítimo com um canal protegido por uma “cintura de bases” que dominasse o oceano atlântico e do pacífico

impossibilitando pretensões expansionistas como por exemplo do Japão. O objetivo na época era o de tomar o lugar dos ingleses com uma nova ordem mundial. Já Makinder que em relação a doutrina da “revolta dos espaços continentais” sintetizou brilhantemente no aforismo a cerca da *Ilha do mundo* e o *Heartland*, numa projeção da conjuntura mundial, com o objetivo de impedir a ascensão de um poder que pudesse controlar o “Coração do mundo”, sua política de consecução, consistia em impedir uma aliança entre Alemanha e Rússia, determinando uma zona de “países-tampões” o chamado “cordão sanitário”. A análise apresentada evidencia como a geopolítica, desde suas formulações clássicas até as suas releituras contemporâneas, se constrói no encontro entre o meio físico, a ação humana e a organização política do espaço. Nesse percurso, tornam-se centrais os embates entre o determinismo geográfico que atribui ao meio físico um papel condicionante e por vezes absoluto na formação das sociedades e dos Estados e o possibilismo, que reconhece no ambiente não um limite intransponível, mas um conjunto de condições sobre as quais o homem pode atuar, transformando-as e redefinindo seu território segundo seus interesses e capacidades técnico-científicas. A soberania, nesse contexto, emerge como resultado direto dessa interação: é no território, entendido não apenas como espaço físico, mas como espaço apropriado, planejado e politicamente organizado, que o Estado afirma seu poder, estabelece suas estratégias e projeta sua influência. A geografia física, longe de ser mero cenário, converte-se em fundamento para decisões políticas e geopolíticas, orientando desde políticas demográficas e ordenamento territorial até estratégias militares, logísticas e diplomáticas.

Assim, a geopolítica se afirma como campo no qual natureza e sociedade não são polos opostos, mas elementos interdependentes. As montanhas, os rios, os climas, as rotas marítimas e as massas continentais moldam possibilidades e desafios; porém, são as escolhas humanas, coletivas, técnicas, econômicas e políticas que definem como cada nação transforma esses condicionantes em potencialidades ou limitações. Entre o determinismo rígido e o voluntarismo absoluto, a geopolítica revela que a história espacial dos povos se faz na tensão entre condições e possibilidades, entre recursos e necessidades, entre meio físico e soberania. É nesse equilíbrio complexo que se constrói, enfim, a própria estratégia de existência e projeção de um Estado no cenário mundial.

Capítulo 2 – As condições necessárias para um conflito

2.0 Como a Geografia física não faz a guerra?

Para falar desse item, onde os temas abordados no capítulo um, Natureza e Geopolítica, se encontram de forma objetiva, utilizarei exemplos de dois modelos de períodos históricos e de sociedade, para entendermos como a natureza serviu de base para as dinâmicas geopolíticas do território. Farei uma breve introdução de como as cidades antigas se organizavam, e de como em tempos atuais esse modus operandi tem atuado dentro dos mesmos objetivos de dominação e expansão territorial. Em primeiro lugar, as guerras, assim como, o controle do território ao longo da história, delimitaram fronteiras e criaram estruturas de governos presentes até os dias de hoje, contrariando um senso comum presente nas escolas, de que os estados surgiram de maneira preditiva e planejada que visava o progresso, Charles Tilly, em sua obra *Coerção, capital e estados europeus*, apresenta uma realidade caótica e cruel desse processo. Os governantes criaram uma estrutura estatal e burocrática, não por um ideal de nação, mas sim para resistir as guerras pelo domínio do território, duas ferramentas principais foram utilizadas para o êxito desse projeto de conquista e dominação, a coerção que é o uso da força por meio de exércitos e armas e os recursos para a manutenção desse aparato, provenientes do capital. A maneira como os governantes conciliaram essas duas ferramentas definiram os tipos de estados da época. O autor apresenta três experiências distintas de criação de um país na Europa, o primeiro chamado de “*trajetória de coerção intensiva*”, onde por meio da força bruta o rei se aliava aos senhores de terras e a nobreza, criando uma verdadeira máquina de extração de camponeses retirando dessa população tudo que fosse necessário, em segundo lugar vem a “*trajetória de capital intensivo*”, tal qual o caso das grandes cidades-estados, como Veneza e Gênova onde o capital era abundante, nesse caso a estratégia utilizada era oposta a anterior, uma vez em que o acordo com os banqueiros e comerciantes era bem mais viável, com empréstimos e ajuda com a administração de impostos para o estado, contratando mercenários em caso de guerras, algo semelhante ao que hoje conhecemos como terceirização, nesse caso o estado funcionava a base de contratos e concessões. A terceira via é chamada de “*coerção capitalizada*”, lugares como a França e a Inglaterra, com lugares com grande capital e uma pujante aristocracia guerreira, onde os reis usaram dinheiro dos burgueses para criar exércitos, usando o poder militar para assegurar a

garantia dos pagamentos de impostos. Sendo a base para o que hoje chamamos de estado-nação, este modelo serviu de base para todos os demais, uma vez em que ele foi o único capaz de criar e manter exércitos significativamente expressivos, com milhares de soldados, numa Europa em conflito, quem tinha um grande exercito, comandando o jogo. Tilly salienta que esse processo foi terrivelmente cruel para os artesões, pagando impostos que os levavam para misérias e vendo seus filhos serem levados a força para compor os exércitos, num processo de imposição através da força.

“Não obstante, a escala crescente da guerra e o entrelaçamento do sistema europeu de estado através de relações comerciais, militares e diplomáticas acabaram por conferir, na guerra, uma vantagem àqueles estados que podiam dispor de grandes exércitos permanentes; os estados que tinham acesso a uma combinação de grandes populações rurais, capitalistas e economias relativamente comercializadas venceram as guerras. Estabeleceram os termos da guerra, e a sua forma de estado passou a predominar em toda a Europa. “No final, os estados europeus convergiram nesta forma: o estado nacional.” (Tilly 1996 pág. 112)

Um verdadeiro projeto de domesticação da população para defender os interesses do estado e a sua maquina de guerra, porem, para que todo esse mecanismo aconteça é necessário um mapa, para saber aonde encontrar recursos, soldados, pra onde mover as tropas, é então que passamos para outro período histórico, com o geografo Yves Lacoste, em sua obra, *“A geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”*, uma afirmação impactante, uma vez em que geralmente aprendemos na escola, como uma disciplina que aborda o relevo, o clima, a vegetação, ou seja, uma versão inofensiva, mas que na verdade, historicamente sempre foi uma ferramenta estratégica de poder. Nota-se então dois tipos de geografia, a geografia do povo, da qual, se tem o conhecimento concreto do lugar em que se vive, um conhecimento local e bastante limitado que não passava disso. De outro lado, vemos a geografia dos estados maiores, ou seja, o conhecimento dos reis, generais e ministros, um conhecimento capaz de visualizar e controlar um grande território representado em mapas, relatórios e análises de rotas, um conhecimento para dominar e governar. A geografia no fundo consiste numa ciência para dominar, por meio do conhecimento e de um “saber estratégico do território, um comandante não pode tomar uma decisão sem saber do relevo, das condições geográficas do local da incursão, quais são os recursos, o clima, ou seja, um conhecimento poderoso, onde o mapa ou, segundo Lacoste, uma carta é a síntese desse poder. Sendo assim, um mapa não pode ser visto com algo desprezioso

ou, “inocente”, para Lacoste, “o mapa é uma arma por excelência”, argumentando que a produção de um mapa acurado é uma operação de alto custo, que requer anos e necessita de tecnologia avançada. Historicamente, quem detinha os recursos para obter essa “carta”, era o estado, com o objetivo de cobrar impostos, articular o exercito e conhecer as fronteiras vizinhas, um mapa é uma representação criada como ferramenta de dominação do espaço. Um exemplo dado pelo autor é o da guerra do Vietnã, Lacoste revela como o estado maior americano, utilizou a geografia de maneira altamente sofisticada e cruel, desenvolvendo um plano para destruir a rede de diques de uma determinada região ao norte do lugar, um importante sistema que controla as aguas das moções possibilitando o cultivo de arroz, base para subsistência da população vietnamita. A intenção era atingir pontos sensíveis, que pudessem destruir o inimigo de maneira estratégica e eficaz, dessa operação, um verdadeiro desastre ambiental causaria inundações que destruiriam as colheitas, ceifando a vida de um grande percentual da população instantaneamente e aos sobreviventes em médio prazo, por afogamento e de fome, respectivamente falando. Um crime perfeito disfarçado de causas naturais, difícil de ser provada a sua real intencionalidade, a escolha do alvo, uma verdadeira obra de análise geográfica, topográfica, hidrográfica, demográfica, para uma eficiência impecável do exercício de exterminação do inimigo. O autor diz que só foi possível descobrir o plano, utilizando não só das mesmas estratégias do pentágono americano, mas também devido a uma minuciosa análise geográfica para entender o raciocínio do inimigo, provando que os bombardeios não eram aleatórios, usando a própria geografia do ataque, como uma geografia de defesa. Por meio do episodio descrito acima, utilizado como exemplo prático de como o conhecimento da geografia física, em todos os seus aspectos naturais, constitui elementos que se relacionam profundamente com a existência humana em sua complexa organização social, fornecendo recursos naturais vitais para o homem, pode ser uma grande arma para guerra, isso tanto na atualidade como em tempos mais remotos. A ligação de Lacoste com o Tilly é visível, pois os governantes na busca por recursos eram os principais clientes da geografia dos estados maiores, tendo acesso assim a informações cruciais, como a localização das cidades ricas para a cobrança de taxas, florestas com recursos como madeira para construção de navios, as terras férteis para alimentar os soldados, ou seja, o mapa era um instrumento vital para exploração.

Para provar seu ponto de vista, Lacoste cita o importante historiador grego chamado Heródoto, conhecido como o pai da história, dizendo que ele na verdade era um

geógrafo, que fazia trabalhos de campo para fins estratégicos, já que a palavra historia, em grego significava investigação ou inquérito. Em viagens pelo império Persa, Heródoto escreveu sobre os costumes, mobilidade, estradas, recursos, reunindo informações vitais para os líderes atenienses. A necessidade de um conhecimento detalhado do território levou a uma mudança identificada pelo Tilly como a passagem do “governo indireto” para o “governo direto” uma espécie de marco revolucionário na forma como o estado interage com os cidadãos. Por muito tempo os reis governavam indiretamente, sem ter um funcionário nas aldeias e em outros domínios, por exemplo, eles exerciam o seu poder atendendo as necessidades dos governantes reais de maneira indireta e limitada, porém, a partir do século XVIII, esse sistema não servia mais e o estado necessitava de uma estrutura administrativa que chegasse aos cidadãos, sem intermediários, já que as suas ordens estavam chegando de maneira diluída. A revolução francesa é um bom exemplo disso, pois após a deposição do rei pelos revoltosos, todo esse sistema foi destruído, com a abolição dos privilégios dos nobres, confiscando os bens da igreja, dividiram o país estabelecendo as ideias de liberdade, igualdade e fraternidade, com todos iguais, controlados por um prefeito nomeado por Paris, implementando o recrutamento em massa, onde cada cidadão francês tinha uma relação direta e obrigatória com o estado central, tendo assim, a criação do primeiro governo direto em larga escala. Para cobrar impostos de todos, recrutar os cidadãos em larga escala, aplicar a mesma lei seja aonde for é preciso um vasto conhecimento geográfico, com um mapeamento e um censo demográfico capaz de registrar toda a população, os mapas de estado maior que serviam antes a interesses militares, passam a ser ferramentas imprescindíveis para a administração civil. O estado precisa dessa visibilidade para exercer seu controle, Tilly chama a atenção, por exemplo, para o fenômeno policial punitivo, ou seja, a repressão reativa da qual, a polícia intervém numa revolta em curso, dá lugar para a repressão proativa, com uma vigilância que contenha a revolta antes mesmo que ela tenha início, e assim o estado se antecipa aos focos de descontentamento em massa, controlando o espaço de uma maneira nunca antes vista na história. Tilly demonstra que a história não se repete quando esse modelo é exportado para outros lugares como a Ásia, a África e a América latina, devido a condições totalmente diferentes, como por exemplo, as formações externas desses lugares, com fronteiras desenhadas pelas potências coloniais que ignoravam as realidades locais, que, ao conquistar a independência, tornaram-se peças no “tabuleiro da guerra fria”. Outra novidade, é que na Europa os exércitos se fortaleceram

em guerras contra inimigos externos, porém, com os novos exércitos armados por potências estrangeiras, ao invés de se especializarem em defender seus territórios de ameaças externas, tornaram-se especialistas em um controle interno, ou seja, contra a própria população, com forças internas autônomas do poder civil, explicando a tendência para golpes de estado em diversos países. Outra característica que se apresenta diz respeito à maneira com a qual os estados adquiriam recursos financeiros, pois o que antes se dava principalmente por meio de cobranças de impostos, concessões, criação de parlamentos e assim o rei negociava em troca de recursos para a guerra se modifica em diversos estados pós-coloniais, o dinheiro passa a ter sua origem da exportação de recursos como o petróleo e minérios ou de ajuda estrangeira, e, segundo Tilly, uma vez em que o governo não precisa do seu dinheiro, ele também não se vê obrigado a conceder direitos, portanto, o estado não mais emerge da sociedade estando acima dela. Lacoste se refere a essa geografia como a “*Geografia espetáculo*”, da qual o cidadão a consome da maneira como ela é apresentada, sendo que a geografia altamente estratégica permanece nas mãos dos estados maiores, transcendendo os militares, passando também para as mãos das grandes multinacionais, que decidem aonde estalar as suas fabricas, com base em análises laborais e fundos de investimentos que analisam os mercados globais e agências que decidem aonde construir uma barragem ou uma base nuclear, baseada em estudos geográficos completos, afetando a vida de milhões de pessoas. Lacoste diz que ao visualizarmos a paisagem, estamos apenas consumindo uma paisagem comum, sem que se reflita a cerca de questões demográficas, fronteiriças e econômicas. Então chegamos a seguinte conclusão, a estrutura do nosso mundo moderno, foi construída a base da guerra e a extração de recursos, Tilly chama atenção para ferramentas que possibilitaram o sucesso europeu com estratégias coercitivas como a “*maquina de guerra*” e a extração de recursos, enquanto Lacoste revela o conhecimento estratégico do espaço, imprescindível para operar essa maquina de maneira eficaz, não se pode compreender de fato a política, seja na esfera global ou local, sem que se tenha uma dimensão espacial e estratégica, Lacoste deixa como reflexão a necessidade de compreender o espaço para entender as estratégias de quem detém o poder.

2.1 Qual a importância de desmontar a visão romântica e naturalizada da Geografia?

A essa altura, talvez possa parecer óbvia a relação intrínseca entre natureza e sociedade, entre geografia física e a geopolítica, e de fato, não farei cerimônia em evidenciar a minha expectativa a cerca de tal constatação, é exatamente baseada nessa expectativa que acredito ser de extrema importância ensinar a geografia, relacionando-a de maneira coerente e inclusiva, trazendo elementos históricos que contextualizem essas confluências para que o aluno entenda que a realidade espacial é construída por múltiplas dimensões interligadas, onde os fenômenos naturais e as dinâmicas sociais não existem de forma isolada, mas sim em constante interação. Ensinar geografia de forma compartimentada, separando rigidamente a geografia física da geopolítica, é limitar a compreensão crítica do mundo. Afinal, os processos geológicos, climáticos e biogeográficos influenciam diretamente as decisões políticas, econômicas e sociais, assim como as ações humanas moldam e transformam o meio natural. Ao compreender, por exemplo, como a escassez de recursos hídricos pode gerar tensões internacionais, ou como desastres naturais afetam populações vulneráveis de maneira desigual, o aluno desenvolve uma leitura mais complexa, crítica e empática da realidade. Portanto, é necessário romper com visões fragmentadas e promover uma abordagem integrada da geografia, que valorize o contexto histórico, os conflitos territoriais, as desigualdades sócio espaciais e os processos naturais como partes de um mesmo tecido. Essa postura pedagógica não apenas fortalece o pensamento geográfico, mas também contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, participativos e preparados para os desafios do século XXI. Sendo assim, apresentar a geografia de maneira crítica e relacional é crucial para romper com a visão dicotômica que separa “Geografia física” de “Geografia política”. Evidenciando que relevo, rios, clima, solos e recursos naturais constituem elementos estratégicos, seja para defender territórios, alimentar exércitos, cobrar impostos ou destruir populações inteiras. Essa compreensão mais integrada e realista abre espaço para uma Geografia crítica, que ajuda as pessoas a perceberem o mundo de maneira mais complexa. Mobilizar autores como Charles Tilly e Yves Lacoste para revelar a relação profunda entre o surgimento dos Estados e a gestão estratégica do espaço é um caminho para mostrar que os Estados modernos não surgiram de ideais de liberdade, progresso ou planejamento racional, muito pelo contrário, surgiram do contexto da guerra, da coerção, da extração de recursos e do uso estratégico do

território. Para entender isso, é fundamental perceber que o controle do território exige conhecer o território, conhecer o território exige Geografia e que a geografia, historicamente, foi um instrumento de poder estatal. Essa é uma informação que raramente aparece no ensino comum, que transforma radicalmente a compreensão do que é um “Estado-nação” e de como ele opera. Ao demonstrar que a Geografia física é uma arma muda tudo, pois isso permite às pessoas entenderem que, mapas não são inocentes, informações sobre rios, solos, florestas, clima ou relevo são decisivos para operações militares e que a natureza pode ser utilizada como recurso e como arma. O exemplo da estratégia norte-americana no Vietnã, na destruição de diques e uso de conhecimento hidrográfico para dizimar populações, mostra na prática como a geografia física pode ser instrumentalizada de modo extremamente violento e esse tipo de reflexão desmonta a visão romântica e naturalizada da Geografia escolar, mostrando que conhecimento ambiental pode ser uma peça central no exercício de dominação. Outra grande contribuição é mostrar que não há política sem espaço, já que a dimensão espacial é constitutiva da ação dos Estados, empresas, exércitos, corporações e instituições internacionais. Isso significa que sem conhecer Geografia não se entende a política global, que sem entender recursos naturais não se entende conflitos e que sem compreender o território, não se compreende o Estado moderno. Apresentar para os alunos a geografia dessa maneira, ajuda na compreensão de que a política é espacial e que as disputas geopolíticas de hoje continuam se apoiando nas características físicas da superfície terrestre, assim como no passado. Logo, recuperar a história da produção de conhecimento revela seu lado político, sendo assim, apresentar a trajetória histórica do conhecimento geográfico desde Heródoto, que devido a sua pesquisa de campo revelou que a geografia pode ser a história em movimento, por meio de suas incursões no império persa, passando pelos mapas militares dos “estados maiores”, até a geografia como ferramenta das multinacionais e do capitalismo globalizado é fundamental. Essa reconstrução histórica ajuda o aluno a perceber que todo conhecimento é situado e produzido com objetivos concretos e, frequentemente atende a interesses específicos de poder. Isso é vital para a formação de cidadãos críticos que não consumam a “Geografia-espetáculo” denunciada por Lacoste, aquela que apresenta paisagens bonitas e curiosidades, mas esconde a dimensão estratégica da informação. A passagem do governo indireto para o governo direto, o uso de mapas e censos para vigiar a população, a formação de polícias com estratégias preditivas e a tentativa de exportação de modelos europeus de Estado para regiões colonizadas são elementos

essenciais para compreender golpes militares, conflitos internos, a dependência econômica de ex-colônias e a atuação de corporações multinacionais sobre territórios. Ao conectar Geografia física e Geopolítica, podemos entender melhor o mundo contemporâneo, as migrações, as guerras, as disputas por petróleo, a construção de barragens, infraestrutura logística, bases militares já que tudo depende da leitura do espaço. Compreender Geografia é compreender a própria vida, pois mostrar que o espaço é politicamente produzido permite às pessoas perceberem que geralmente quando olhamos uma paisagem, estamos vendo o resultado de disputas de poder, que quando observamos uma fronteira, estamos vendo a memória de guerras pelo território e que quando analisamos o clima ou o relevo, estamos vendo fatores que moldaram Estados, economias e sociedades. Assim, compreender Geografia não é memorizar capitais e rios, mas compreender uma estrutura de poder que molda a existência humana.

Capítulo 3 – Observação da abordagem metodológica aplicadas em sala de aula

3.0 Abordagem metodologica

Frases como, “aquela aula é chata” ou, “aquele professor não tem uma boa didática”, podem revelar algo mais profundo do que a aula em si. A maneira como uma aula é montada pode fazer toda a diferença no processo de aprendizagem, pois essa pré-aula revela o que se pensa a cerca do que é conhecimento, o que se pensa a respeito do aluno, e o objetivo final da escola, ou seja, um projeto. No livro “lições de didática”, a professora Pura Lucia Oliver Martins, aborda um mapa desses projetos escondidos na educação do Brasil, que mostra como as ideias foram mudando, geralmente em resposta a mudanças na sociedade e na política, de maneira externa a escola, e como os diferentes modelos de abordagem representam uma história. Nos anos 70 e nos anos 80, estava em jogo a “alma da educação”, sendo essa uma década marcada por uma mudança significativa nos rumos do país, o ano de 1972 é marcado pelo primeiro encontro nacional de professores de didática, o país estava em plena ditadura militar, onde a palavra de ordem do governo era a racionalização, o crescimento da nação, a eficiência e o milagre econômico, onde a educação passou a ser enxergada como uma arma para esses objetivos, ou seja, um investimento para formação de mão de obra qualificada e produtiva. Nesse contexto o perfil de professores para atender esses ideais, era bem específico, técnico e sem margem para criações, alguém que executasse tal plano sem questionamento. A preocupação era no como fazer, e os livros didáticos representavam esses ideais. Os especialistas pensavam o ensino e os professores aplicavam em sala de aula. Dez anos depois o cenário começava a mudar de figura com a abertura política, e surge o primeiro seminário “a didática em questão”, a palavra eficiência é substituída por compromisso político, racionalização vira transformação social e a didática neutra e técnica se torna um ato político. O novo perfil de educador se torna do intelectual crítico, alguém com consciência política e comprometido com as camadas sociais, o objetivo econômico da lugar para justiça social, o objetivo passou a ser o de formar um educador que ajudasse a transformar a sociedade indo além do conteúdo, ou seja, de um lado uma educação para ajudar a economia e do outro para mudar a sociedade, o que criou projetos de sala de aula distintos, ao todo temos quatro abordagens, cada uma com um objetivo. Uma das mais comuns é conhecida como “transmissão e assimilação”, um tipo de aula expositiva, da qual o professor numa lógica de hierárquica do conhecimento, enxerga no aluno um ser passivo desse processo,

assume o papel de transmissor de conteúdo, e os alunos de maneira automatizada, procuram assimilá-lo, geralmente, em uma sala de aula com excesso de ocupação discente. O professor nessa abordagem é o centro de tudo, o dono do saber e do conhecimento, e o aluno o receptor que apenas assimila o conteúdo, essa inclusive, foi a abordagem diagnosticada e, justificada pelo professor, veremos isso mais adiante no estudo de casa dessa pesquisa. O segundo modelo é chamado “Aprender a aprender”, onde o centro do aprendizado passa a ser o aluno, ele vem do movimento da escola nova, onde o mais importante não é o conteúdo, mas sim o processo de descobrir as coisas, o professor então passa a guiar o aluno lado a lado orientando no processo de aprendizagem, o aluno é o protagonista, onde o método sugerido é a solução de problemas. A partir de um tema de interesse do aluno, surge um problema, onde a solução consiste em buscar caminhos para a resolução, o conhecimento não é algo dado, mas sim construído.

“A abordagem do processo didático, dessa perspectiva, desloca a ênfase da transmissão do conteúdo para a redescoberta do conhecimento e a questão central passa a ser aprender o método de aprender. Mais importante do que aprender o conteúdo transmitido pelo professor é o aluno dominar o método de se chegar ao conhecimento.” (Martins 2011, pág. 90)

O terceiro modelo é conhecido como “aprender a fazer”, esse modelo remonta ao período supracitado, da época da ditadura militar, sendo assim, o foco volta para o resultado e para eficiência, nesse caso o centro não é nem o aluno e nem o professor, mas sim, o sistema e a tecnologia da educação, criando uma espécie de manual de instruções, o objetivo nesse modelo passa a ser o saber fazer, do qual, não se pensa mais a respeito do que se faz. Um exemplo apresentado no texto é o teste de bloom, um sistema controlado, com um pré teste para descobrir o que o aluno sabe, instrução programada e um pós teste para medir o conhecimento aprendido.

“Desse ponto de vista, o fazer e as práticas de interação entre professores e alunos colocam sua ênfase na obtenção de produtos específicos. E o importante é o aluno aprender a fazer, dar respostas específicas definidas nos objetivos operacionais.” (Martins 2011, pág. 92)

O quarto modelo aparenta ser a resposta para todos esses modelos, a “sistematização coletiva do conhecimento”. Uma ideia revolucionária que nasce do espírito de 1982, onde o centro não é nem o professor, nem o aluno, mas sim o que eles tem em comum e as suas experiências no mundo, o ponto de partida não é o livro, ele na verdade é um problema comum a todos que vivem uma mesma realidade, e a ideia é que o

conhecimento se construa coletivamente, partindo de uma mesma realidade. O professor ajuda o aluno a se conectar com a teoria, o aluno é um sujeito histórico, que traz o saber dele para a escola. Após analisar um problema, o grupo pensa junto numa solução, ou seja, uma proposta para mudar determinada situação, com o conhecimento se transformando em ferramenta de ação. Ele sai de uma didática de receita pronta para um modelo aberto. A teoria não é mais um manual, mas uma caixa de ferramentas para ajudar a pensar seu próprio caminho. O texto também fala sobre a união de ensino e pesquisa, que atribui ao professor o perfil de pesquisador e produtor de conhecimento, por meio de uma observação minuciosa da sala de aula, como se a sala fosse um laboratório, deixando de ser apenas um transmissor de conteúdos, passando a ser um explorador de capacidades e possibilidades. A criação de relações coletivas solidárias sugere que o tratamento entre as pessoas é tão instrutivo quanto o próprio conteúdo, substituído a hierarquia e a competitividade pela cooperação, apesar de parecer um pensamento coletivista, isso, não anula o indivíduo, pois o próprio texto fala da valorização individual, já que a experiência individual de cada um é a matéria prima que enriquece o grupo. Enfim, as abordagens metodológicas de ensino analisadas, revelam que cada modelo pedagógico está profundamente ligado ao contexto histórico, político e social de sua época. Desde a educação que permanece ainda, um tanto enraizada e centrada na transmissão de conteúdos, típica de um período em que o professor era visto como o detentor absoluto do saber, até a pedagogia do “aprender a aprender”, que coloca o aluno como protagonista de seu processo formativo. Observa-se que cada abordagem expressa uma compreensão distinta sobre o que é conhecimento e qual deve ser o papel da escola. O retorno à lógica da eficiência no modelo do “aprender a fazer” evidencia como a educação pode ser instrumentalizada para fins econômicos e produtivos, reduzindo o processo educativo a procedimentos técnicos e padronizados. Em contraste, a proposta da “sistematização coletiva do conhecimento” que surge como uma alternativa que busca integrar teoria e prática, sujeito e sociedade, ensino e pesquisa, valorizando tanto a experiência individual quanto a construção coletiva. Dessa forma, a análise dessas metodologias mostra que não existe um caminho único ou neutro na prática pedagógica: toda escolha metodológica implica um projeto de educação e, portanto, um projeto de sociedade. Compreender essas abordagens permite ao professor reconhecer os limites e as potencialidades de cada modelo, posicionar-se de forma crítica diante das demandas do presente e construir práticas mais conscientes,

democráticas e significativas. Em última instância, pensar a metodologia é pensar o próprio sentido da escola e o tipo de sujeito e de mundo que se deseja formar.

3.1 Observações da abordagem pedagógica e entrevista com professores e alunos.

Trago aqui o estudo de caso, com as informações colhidas por meio da vivência que tive na EMEF Altino Arantes, localizada na rua: Coronel Augusto Celso de Moura, 78 Vila Industrial, na zona leste de São Paulo, no segundo semestre do ano de 2025. Além das observações em sala de aula, trarei também as percepções dos alunos e do professor, a cerca da geografia, com base em duas perguntas norteadoras, são elas:

1ª O que é geografia pra você? (professor e alunos)

2ª É possível passar para os alunos os conteúdos de geografia relacionando os tipos de geografia? (professor)

Antes de comentar as observações referentes à entrevista, resultado das perguntas feitas tanto com os alunos quanto com o professor, gostaria de chamar a atenção para abordagem pedagógica e a reação dos alunos, assim como o comportamento deles durante a entrevista. A abordagem utilizada pelo professor segue uma tradição relatada no item anterior, a “transmissão e assimilação”, da qual, o professor é o centro do processo de aprendizagem e o aluno o receptor passivo. Alguns alunos, durante algumas aulas, foram bem participativos, porém, nada que pudesse abalar a lógica da passividade, a grande maioria, seguiu as ordens do professor sem qualquer tipo de questionamento ou participação na construção das atividades, como se fosse algo enraizado e que a rotina escolar dificilmente pudesse permitir alguma medida divergente da abordagem em questão, nesse sentido, professor e aluno protagonizaram de maneira fiel o papel desempenhado pelo modelo que o professor transmite e o aluno passivamente assimila. Sendo assim, seguimos para as observações a cerca das entrevistas. A aluna nº1 demonstrou certo nervosismo para responder a pergunta, como se estivesse de alguma maneira desconfortável, acredito que por isso a sua resposta foi bastante sucinta, de qualquer forma sua percepção da geografia revelou a visão fragmentada da disciplina que ela teve contato até o momento, sua memória é de uma geografia física, bastante presente nas apostilas e conteúdos de geografia no ensino fundamental. A aluna nº2 também apresentou um comportamento contraído,

respondendo de forma exitosa, depois de segundos tentando lembrar de algo referente ao tema, a aluna então trouxe a temática da cartografia, também de maneira isolada, as duas alunas são do 9º ano do ensino fundamental II. A aluno nº 3 e o aluno nº4 vieram juntos responder a pergunta, os dois estavam bem tranquilos e descontraídos, o aluno nº3 demonstrou um grande entusiasmo ao falar dos conflitos entre países e sobre geopolítica, mas não foi capaz de fazer uma relação entre as duas coisas, como se não tivesse tido uma aula que conectasse o conflito com a geografia física. Já o aluno 4 teve uma postura bastante indiferente e indisciplinar falando que tinha uma vaga lembrança a cerca do que o colega comentou, o aluno disse que as suas faltas eram o motivo da sua distancia do conteúdo. O aluno 5, do ensino fundamental II, bastante sereno, falou sobre problemas urbanos, dizendo ter feito um trabalho sobre enchentes, durante o encontro, pedi a ele que falasse mais a respeito, ele falou sobre conscientização e descarte de lixos. O aluno 6 demonstrou uma alegria muito grande a cerca da geografia, falando com certa propriedade sobre relevo, hidrografia e vegetação, porém, também de maneira fragmentada, num viés de geografia puramente física. O aluno 7 do segundo ano do ensino médio, falou sobre problemas urbanos no que diz respeito as enchentes, esse aluno de certa forma conseguiu relacionar as ações humanas de ocupações em áreas de alagamento, segundo ele, devido a um trabalho feiro na escola onde o conhecimento ficou guardado na memória, por fim, o aluno 8, também do segundo ano do ensino médio, disse gostar de relevo e de estudar os conflitos, mas não soube relacionar as duas coisas. A entrevista com o professor revelou que a rotina em sala de aula, somada as diversas demandas escolares, não permitem que ele possa se aprofundar nos conteúdos de uma maneira mais completa, relacionando a geografia com os conflitos e as consequências das ações humanas no meio ambiente, no controle do território e na politica feita pelos países baseadas nas características físicas do espaço, essa dificuldade reflete na permanencia da percepção fragmentada da geografia, já que ela é simplesmente passada adiante sem que se tenha tempo ou possibilidade de aprofundamento do tema, as prioridades exigidas pelo estado, limitam o professor e condiciona os alunos. Sendo assim, as observações da abordagem pedagógica e as entrevistas realizadas com alunos e professore da EMEF Altino Arantes, revelam um cenário em que a fragmentação do conhecimento geográfico é fortalecida tanto pelas práticas de sala de aula quanto pelas percepções construídas pelos estudantes ao longo de sua trajetória escolar. A predominância de uma metodologia centrada na transmissão e assimilação, na qual o professor ocupa o papel de agente ativo e o aluno permanece como receptor passivo

limita a construção de relações mais amplas entre os diferentes conteúdos da geografia e reduz as possibilidades de participação crítica e reflexiva dos estudantes. As respostas dos alunos evidenciam esse efeito de forma nítida: ainda que demonstrem interesse por temas variados, como conflitos geopolíticos, problemas urbanos, cartografia e aspectos físicos do espaço, a grande maioria não consegue estabelecer conexões entre esses elementos. Tal dificuldade reflete um ensino que privilegia a compartimentalização dos conteúdos, impedindo que os estudantes percebam a geografia como uma ciência integrada, capaz de explicar tanto os fenômenos naturais quanto às dinâmicas humanas, políticas e territoriais. Contudo, ao mesmo tempo, a fala do professor revela os obstáculos enfrentados no cotidiano escolar, como a carga burocrática e a falta de tempo para planejamento, fatores que restringem o aprofundamento dos temas e a articulação entre geografia física e geografia humana. Portanto, mesmo havendo a intenção de promover um ensino mais completo, as condições estruturais acabam perpetuando práticas tradicionais e limitando a construção de uma visão crítica do espaço. Perante a esse conjunto de elementos, torna-se evidente que a percepção fragmentada dos estudantes não é resultado apenas de dificuldades individuais, mas de um sistema pedagógico que ainda opera de forma segmentada. Os dados do estudo de caso apontam para a necessidade de repensar as metodologias adotadas, ampliando a integração entre conteúdos, promovendo a participação ativa dos alunos e possibilitando uma compreensão mais complexa da geografia. Somente a partir desse movimento será possível formar sujeitos capazes de interpretar o território e os fenômenos socioespaciais de maneira crítica, consciente e contextualizada.

Considerações finais

A investigação que foi desenvolvida ao longo deste Trabalho de Graduação Individual permitiu compreender que a percepção fragmentada da Geografia entre estudantes do ensino fundamental e médio não é fruto de uma única dificuldade individual, mas de um conjunto de fatores estruturais, históricos e pedagógicos que atravessam a formação escolar. A análise teórica inicial evidenciou que a separação entre natureza e sociedade ainda presente no senso comum e em boa parte dos materiais didáticos, é incompatível com a própria lógica da ciência geográfica, cuja essência reside na compreensão integrada dos fenômenos físicos, sociais, políticos e econômicos. A revisão das obras de autores como Ruy Moreira, Golbery do Couto e Silva, Yves Lacoste e Charles Tilly, demonstrou que a geografia física e a geopolítica não apenas se complementam como também são mútuas e constitutivas. A natureza, ao moldar o território, influencia diretamente estratégias de poder, conflitos, dinâmicas populacionais e decisões políticas. Da mesma forma, a ação humana reconfigura constantemente os processos naturais, orientando usos, limites, fronteiras e impactos ambientais e sim, reforça-se que compreender o espaço é compreender a história, a política, a economia e os mecanismos de dominação que estruturam o mundo em que vivemos. O estudo de caso realizado na EMEF Altino Arantes confirmou que, apesar da riqueza dos conteúdos, a estrutura escolar opera majoritariamente em um modelo de ensino baseado na transmissão e assimilação. Essa abordagem, associada à fragmentação curricular, limita a construção de relações significativas entre diferentes temas da Geografia, reforçando nos estudantes a ideia de “tipos de geografia” desconectados entre si. A fala dos alunos revelou memórias isoladas do relevo, dos mapas, dos conflitos, das enchentes e pouca capacidade de articular tais elementos em uma interpretação mais ampla do território. Já o professor, embora consciente da importância de uma abordagem integrada, enfrenta obstáculos como falta de tempo, excesso de conteúdos, demandas burocráticas e fragmentação imposta pelos currículos oficiais. Diante desses resultados, torna-se evidente a necessidade de repensar práticas pedagógicas, fortalecendo metodologias que favoreçam a construção ativa do conhecimento, a integração de conteúdos e a leitura crítica do espaço. Inserir conflitos geopolíticos no debate sobre recursos naturais, relacionar processos físicos às dinâmicas sociais, problematizar o papel do Estado e das empresas na produção do território e promover investigações que partam da realidade vivida pelos alunos são caminhos capazes de superar a dicotomia

entre “geografia física” e “geografia humana”. Sendo assim, conclui-se, portanto, que desmontar a visão romântica, naturalizada e fragmentada da Geografia, é fundamental para a formação de sujeitos críticos e conscientes. Uma Geografia que revela as relações de poder inscritas no espaço, que evidencia a historicidade das paisagens e que incorpora a dimensão política das práticas socioespaciais, tem um maior potencial transformador. A superação da fragmentação não é apenas uma demanda epistemológica, mas uma exigência pedagógica e social, somente um ensino integrado permite que os estudantes compreendam o território como totalidade viva, dinâmica e disputada, uma condição essencial para participar de forma ativa e informada da sociedade em que vivemos.

8. Referências bibliográficas

I ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE DIDÁTICA: Conclusões (1973). Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, 59(129) (jan.-mar.),- pp. 153-156.

CANAU, VM. (1984). A didática em. questão. Petrópolis: Vozes. (1991). “Prefácio”. In: OLIVEIRA, M.R.N.S. A reconstrução da didática. Elementos teórico-metodológicos. Campinas: Papirus.

COMÉNIUS, J .A. (1957). Didática magna. Tratado universal de ensinar a todos. 3ª-ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DEWEY, J . (1959). Como pensamos. Como se relaciona o pensamento reflexivo com o processo educativo: Uma reexposição. Trad. Haydée de Camargo Campos. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

MARTINS, P.L.O. (1989). Didática teórica/Didática prática: Para além do confronto. São Paulo: Loyola.

FREITAS, LG. (1995). Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas: Papirus.

(2003). A didática e as contradições da prática, 2ª ed. Campinas: Papirus.

LIBÁNEO, J.C. (1985). Democratização da escola pública. A pedagogia: crítica- social dos conteúdos. São Paulo: Loyola.

Lacoste, Yves. Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra / Yves Lacoste; tradução Maria Cecília França.– Campinas, SP: Papirus, 1993.

Tilly, Charles Coerção, Capital e Estados Europeus / Charles Tilly; (tradução Geraldo Gerson de Souza). - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. — (Clássicos; 7).

Do couto e silva, Golbery, *Geopolítica do Brasil*: Coleção documentos brasileiros. — Rio Janeiro:, 1967.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico? : Por uma epistemologia crítica* / Ruy Moreira. — São Paulo: Contexto, 2006

LIBÁNEO, José Carlos. *Didática*. 30. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *Os professores e o currículo: abordagens sociológicas*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação

Apêndice

1ª O que é geografia pra você? (professor e alunos)

Aluno 1 (9º ano E.F II) – “A geografia pra mim é o relevo e as montanhas, é tudo que eu me lembro”.

Aluno 2 (9º ano E.F II) – “Eu me lembro da latitude, longitude e dos mapas”.

Aluno 3(1º ano E.M) – “Lembro do conflito da Rússia com a Ucrânia e da geopolítica porque estudamos no semestre passado”.

Aluna 4 (1º ano E.F II) – “Professor eu não lembro de nada rs, mentira, eu me lembro também da guerra”.

Aluna 5 (8º ano E.M) – “Eu me lembro das enchentes e dos lixos nas ruas que entopem os bueiros.”

Aluna 6 (8º ano E.F II) – “Eu gosto muito de geografia professor, das montanhas e dos rios, gosto também das nuvens e do sol ”.

Aluno 7 (2º ano E.M) – “Professor eu não gosto muito de geografia, mas me lembro das rochas, do relevo e dos rios, porque esse ano a gente fez um trabalho sobre as enchentes”.

Aluno 8 (2º ano E.M) – “Professor, eu gosto de relevo gosto e dos conflitos, porque esse ano a gente fez um trabalho sobre palestina e Israel então eu me lembro disso”.

Professor: – “Acredito que sim, Jônatas. A Geografia é uma ciência do espaço, norteada pela pergunta "onde?". Localizar um fenômeno e compreender sua relação do local e global a partir dos princípios da geografia. Acredito que na maior parte das vezes sim. Trabalhar a partir da ideia de situação geográfica permite olhar para os componentes físicos e sociais, as rugosidades (ação do tempo) e tudo que age simultaneamente no local. Para isso é preciso problematizar o ensino, contextualizando e se possível aproximando conhecimentos prévios e científicos, para despertar o interesse dos estudantes e possibilitar a reflexão e a investigação.”

2ª É possível passar para os alunos os conteúdos de geografia relacionando os tipos de geografia? (professor)

Professor: – “Algumas disciplinas eu consigo fazer relações, como no caso da geopolítica, eu consigo relacionar o conteúdo com as questões do relevo, porém, de uma maneira muito superficial, pois a demanda de conteúdos, provas e correções não deixa a gente se aprofundar nesse sentido. A maneira como o estado organiza os conteúdos

também não ajudam pois já vem tudo de maneira fragmentada, rele, clima, hidrografia, Globalização, vegetação e por ai vai... ”